



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten signature and initials: "A. Rodrigues"

ACTA N.º 7/02

SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2002

26 de Setembro de 2002

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, com excepção da Senhora Elisabete da Silva Ferreira conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo, a Senhora Vice Presidente Carla Tavares, e os Vereadores Amadeu Matias, Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Maria João Bual e Vasco Jardim.

Antes de dar início à Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia informou que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca se fez representar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo n.º 38.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, pelo Senhor Luís Miguel Lourenço Ascensão (Documento anexo à presente Acta).

Verificado o Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que se encontrava na Mesa o pedido de suspensão do mandato, ao abrigo do Artº. 77º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro, do Senhor António Luís Andrade Silva, da CDU proposto pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, pelo período de 365 dias. De seguida foi lido pela Senhora Primeiro Secretário. Após esta leitura, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a sua discussão e não havendo intervenções, colocou-o a votação, sendo aprovado por unanimidade dos 37 membros presentes. Seguidamente foi dada posse, nos termos do Artº. 10º. do Regimento, ao Senhor António Miguel da Silva Figueiredo Lourenço, suplente da respectiva lista proposto pelo Partido Ecologista “Os Verdes” (Documentos em anexo à presente Acta).

II - ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”*.

2 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea f) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Lançamento da Derrama para o ano de 2003”*.



← 67

Agodrigues

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

3 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea f) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Taxa de Contribuição Autárquica para o ano de 2003”*.

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Documentos de Prestação de Contas”*, do ano de 2001.

5 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº.2 do Artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais - Alteração”*.

6 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº.2 do Artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais – Regime Especial de Liquidação”*.

7 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº.2 do Artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais – Clarificação”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, na sequência do acordado em Sede de Comissão Permanente, a Mesa propõe que a Ordem do Dia seja alterada passando o ponto n.º. 4 para último ponto da Ordem do Dia. De seguida colocou à discussão a proposta da Ordem do Dia com a alteração. Não havendo intervenções, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 42 membros presentes (Documento em anexo à presente Acta).

III – APROVAÇÃO DE ACTAS

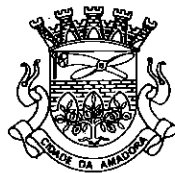
O Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontrava na Mesa a Acta nº. 6/2002 para discussão e aprovação. De seguida colocou-a a discussão e não havendo intervenções, foi a acta colocada a votação, sendo aprovada por maioria com 40 votos a favor e 2 abstenções.

IV – CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante das folhas que se anexam com esse título.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que antes de se entrar no período de intervenção do público se iria proceder, tal como o acordado em Sede de Comissão Permanente, à entrega dos cheques das senhas de presença da Sessão Solene Comemorativa do 28º. Aniversário do 25 de Abril de 1974. Respeitando a tradição desta Assembleia, os Senhores membros da Assembleia, no 1º. ano do 7º. Mandato, doaram o valor total das senhas de presença da Sessão Solene Comemorativa do 28º. Aniversário do 25 de Abril de 1974, a Instituições Sociais que desenvolvem a sua actividade na Cidade da Amadora. Foi decidido que os beneficiários seriam a AFID e a CERCIAMA.

A AFID - Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente e IPSS, que desenvolve a sua acção no Centro Social e de Reabilitação, no Zambujal em Alfragide. Tem como objectivo o apoio a Crianças e Jovens, com as valências em Creches, Jardim de Infância e ATL, e o Apoio Domiciliário a Idosos.



Ag. 2000
Associação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

A CERCIAMA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Amadora –desenvolve a sua actividade regular distribuída por 4 valências: Educativa, Centro de Actividades Ocupacionais, Unidade Residencial e Estimulação Precoce. De salientar que a valência Estimulação Precoce tem por objectivo dar ajuda aos pais para actuarem em situações precoces de risco e disfunções no desenvolvimento de crianças com idade até 5 anos.

Chamaram-se os representantes das respectivas associações e procedeu-se à entrega dos cheques aos Senhores Domingos Rosa e José Torres, Presidentes da Direcção da AFID e da CERCIAMA, lembrando o acto simbólico dessa doação pela acção desenvolvida por estas Instituições na Cidade da Amadora.

O Senhor Domingos Rosa, Presidente da Direcção da AFID, utilizou a palavra para agradecer esta oferta em nome dos utentes, dos pais dos utentes e dos colaboradores. Destacou a importância da doação como sendo o produto dum trabalho exercido por pessoas que se dedicam ao município, não olhando ao dia, exercendo a sua solidariedade no Trabalho Autárquico, neste gesto traduzido também na solidariedade para com uma Instituição com esse fim. Realçou igualmente a dignidade de todas as pessoas que neste gesto contribuíram.

O Senhor José Torres, Presidente da Direcção da CERCIAMA, também ele usou da palavra fazendo dele, as palavras do orador anterior agradecendo este acto em nome da CERCIAMA.

V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito o Senhor Carlos Perdigão, as Senhoras Sónia Batista e Cristina Salgueiro, o Senhor João Caxinho e a Senhora Regina Teixeira.

O Senhor Carlos Perdigão, na qualidade de representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica 1 "Artur Bual", antiga Escola Básica 1, Falagueira 1, pretendia colocar uma questão à Mesa e uma segunda após a resposta. Esclarecido de que após a primeira não poderia voltar a intervir, passou a referir o assunto de intervenção. Ao longo de dois anos lectivos foram avisados pela Câmara que a Escola entraria em obras, e como ainda não deram início, gostariam de saber para quando o mesmo é previsível, já que sem serem feitas algumas intervenções de carácter urgente ao nível de limpeza, recuperação de interiores da Escola, colocação de mais equipamentos, além de equipamento exterior para efeitos da ginástica das crianças, não será possível garantir um bom funcionamento da Escola.

A Senhora Sónia Batista, membro da Assembleia de Freguesia da Falagueira reforçou as palavras do orador anterior dizendo ser necessário conhecer a Escola e os seus problemas e não só ser levado pelo aspecto dos últimos arranjos.

Sobre a mesma Escola, **a Senhora Cristina Salgueiro** disse que às segundas feiras o lixo amontoado no fim de semana junto da mesma, impedem as práticas lúdicas das crianças.

O Senhor João Caxinho salientou o aspecto positivo do conseguido com o prolongamento das carreiras de transporte ao norte do Concelho da Amadora. Também os comerciantes do Mercado dos Moínhos da Funcheira ficaram satisfeitos com a reunião que tiveram com o Senhor Vereador do pelouro, aguardando os melhoramentos ao seu acesso e a modificação da porta de entrada do Mercado.

A Senhora Virgínia Teixeira questionou o Senhor Presidente da Câmara quanto ao encerramento do Mercado da Falagueira nos feriados como ainda está a acontecer, quando se



Handwritten signature and initials "Gt" and "Rodrigues" next to the coat of arms.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

tinha já comprometido a não o fazer, exceptuando o consenso havido em relação ao 25 de Abril e 11 de Setembro.

Passando a palavra ao **Presidente da Câmara**, associou-se este e congratulou-se com o gesto dos eleitos da Assembleia Municipal ao escolherem a AFID e a CERCIAMA como as duas associações lembradas este ano.

Aproveitou para informar que a Escola da Falagueira passou a chamar-se de Artur Bual.

Esta, como as restantes Escolas do Concelho, que pelo Município foram herdadas, estavam em péssimas condições e têm sido objecto, de recuperação e adaptação, com a inserção do pré – primário.

O concurso para elaboração do projecto de recuperação da Escola Artur Bual foi aprovado em Sessão do dia 19 de Julho de 2000. Saiu em Edital em 7 de Setembro de 2001, publicado em Diário da República em 1 de Outubro de 2001.

A obra foi lançada com a base inicial de 260.666 contos e que incluía a Escola da Buraca 2.

Com a subida dos custos das propostas há que as analisar com audiência prévia, correndo-se o risco de anulação do concurso.

Neste momento evita-se, pela análise do processo, começar tudo de novo.

O DEC, através das Brigadas da Câmara comprometeram-se em reunião que decorreu no dia anterior, a colmatar algumas necessidades referidas por essa Escola para o seu bom funcionamento.

Também para o lixo se irá encontrar uma solução eficaz.

O prolongamento das carreiras no norte do Concelho, cabe o êxito dessa alteração ao Vereador Gabriel Oliveira.

Sobre os Mercados e em especial o do Moínhos da Funcheira delegou a resposta ao Senhor Vereador do pelouro, João Bernardino, que salientou, que se encontra em elaboração um novo Regulamento global dos Mercados, que terá a participação de todos os interessados, onde irão ser discutidos todos os aspectos de funcionamento e horários, e onde será posto em

definitivo a abertura durante os feriados, exceptuando a unanimidade havida para o seu encerramento nos dias 25 de Abril, 1º. de Maio e 11 de Setembro.

Pelo seu historial, sua localização e carências, o do Moínhos da Funcheira é o mais difícil, e embora as intervenções necessárias sejam vastas, com um bom estudo, irão ser colmatadas bastantes das necessidades agora existentes.

VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores Joel Monteiro, Manuel Vieira, Quadrado Rego, João Castanheira, António Santos, João Serrano, Eduardo Rosa, Noémia Lopes e Carlos Reis.

O Senhor Joel Monteiro centrou a sua intervenção na herança das Escolas, com particular conhecimento nas da sua anterior presidência da Freguesia Venda Nova e Falagueira. A constatação do seu estado de degradação foram razão de reunião em 1997 e 1998, com ele Presidente da Junta, o Presidente da Câmara e a Associação de Pais, com o fim de directamente levarem o conhecimento dos problemas, à recente gestão então eleita.

Por dificuldades havidas na solução de alguns problemas a própria Junta de Freguesia assumiu a sua resolução, tal como na infiltração de água. A necessidade de um pavilhão por exemplo, ainda não foi colmatada.

Pelo próprio conhecimento que tem dessa realidade espera a concretização das obras o mais rápido possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Apresenta

O Senhor Manuel Vieira fez chegar uma recomendação à Mesa, que leu, salientando que se referia à hasta pública que o Governo afixou, tendo em vista a alienação da Estação de Reprodução Animal da Falagueira, mais conhecida como Quinta do Estado.

O teor da Recomendação foi aprovada pelas representantes forças políticas representadas na Assembleia Municipal.

Como também a área do Posto Militar da Damaia se encontra em hasta pública, proporia que a recomendação incluísse entre o penúltimo e último parágrafo o seguinte "Propõe-se igualmente que a Câmara inclua nas negociações a encetar o Posto Militar da Damaia, de cento e vinte metros e dois mil trezentos e trinta metros quadrados que o Governo prevê alienar".

O Senhor Quadrado Rego referiu que tinha sido recebido na Junta de Freguesia da Venda Nova, um pedido de informação das iniciativas que as Juntas de Freguesia tinham para o aniversário do Município. Respondido à Câmara, com alguma surpresa verificou, que essas iniciativas não tinham sido consideradas no programa do Boletim da Câmara, e a altura do reconhecimento impossibilitou que a Junta as divulgasse como seria de interesse. Desagradou-lhe a atitude tomada e apela para que não volte a acontecer.

Sobre uma Rua completamente degradada por trás da Quinta de S. Miguel, executada pelo projecto URBAN, falou e enviou fax ao coordenador, e embora a Lei diga que passados vinte dias há direito de resposta, ele, ainda não teve nenhuma e passados meses o espaço continua a necessitar de reparação.

Fez o Senhor João Paulo Castanheira, referência ao Estacionamento na Amadora, e fazendo fé em declarações proferidas pelo Presidente da Câmara em diferentes tempos, os parques de estacionamento subterrâneos ora são, ora não são construídos, ora já estão a sê-lo. Da ciclovía disse, tem um trajecto que roça o patético, pois é a única do País que atravessa passeios, esplanadas e paragens de autocarros. Poderá considerar-se um ensaio? questiona.

Também a construção de fogos a construir nos próximos anos o preocupa. A do meio do Nó de acesso ao IC 19 na zona do Borel, a da em cima da Lixeira de Carenque e outras, não serão motivo para ser lançado o desafio de revisão ao PDM para se reduzir os índices de construção e limitar as áreas que se destinam à habitação?

O Senhor António Santos, afirmando que a seu ver no 25 de Abril os Mercados deverão estar encerrados, apela para que esse dia se transforme num conjunto de iniciativas que ajam em especial na Juventude e lhes mostre o que foi o 25 de Abril e o seu significado.

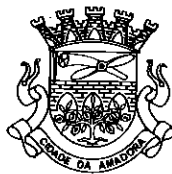
Da última comissão para o 25 de Abril e suas iniciativas ficou vontade dessa importância na acção directa do Município na Escola e nos Jovens; Deseja que este projecto não seja esquecido.

O Senhor João Serrano congratulou-se com a aprovação camarária do programa Aprender e Brincar – programa de acompanhamento das crianças do primeiro Ciclo e Jardins de Infância fora do horário escolar. Vem colmatar o esforço exigido às famílias no acompanhamento dos filhos, que as exigências profissionais impedem ou dificultam exercer.

Evidência esta atitude, no esforço que nesta área a Câmara está a fazer a nível do Concelho, de apoio à família e à criança.

Realçou também a eficácia já sentida pela aprovação do Regulamento de Estacionamento em Via Pública e das medidas tomadas para remoção dos veículos em estacionamento abusivo ou abandonados.

O Senhor Carlos Jerónimo quis salientar na sua intervenção a importância de todas as pessoas que, além do Vereador do Pelouro dos Transportes, fizeram, para que a extensão das carreiras a A-da-Beja, hoje seja uma realidade. Realidade que deseja para o Mercado, que A-da-Beja já teve.



7.12
A. Rodrigues

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Eduardo Rosa disse que a situação da Escola da Falagueira é dramática, admitindo que a fazerem-se obras de fundo, não deve ser aí feito qualquer tipo de intervenção. Deseja que se desbloqueie a situação do concurso e se inicie a remodelação.

A Senhora Noémia Bandeira Lopes chamou à atenção para incorrecções detectadas na página da Internet do Concelho da Amadora, pedindo a sua emenda.

O Senhor Carlos Reis saudou os presentes e salientou a satisfação da presença da Senhora Vereadora Maria João Bual, que em seu parecer não deve delegar a sua presença noutras, nas Sessões da Assembleia Municipal, e cumprimentá-la pelas últimas intervenções na área cultural.

Cumprimenta também o Presidente da Junta de Freguesia da Venteira pelo trabalho autárquico e pelo reflexo que se tem feito sentir na população.

“A fim de não amputar no essencial as declarações proferidas pelo Deputado Carlos Reis, e porque tenho de admitir a dificuldade que senti em sintetizá-las, achei, na matéria referente ao 11 de Setembro/Comemorações do Município, transcrever na íntegra a sua intervenção.”

“Transcrição na íntegra – Gostaria de referir o seguinte, eu ouvi um comentário, posto perante, gostaria só de referir o seguinte, em relação à última comemoração do dia 11 de Setembro. E isto porque embora é porque atendendo ao próprio figurino das comemorações em si da Sessão Solene em si e as coisas são aquilo que são, quem é a minoria é a maioria, quem é a minoria é a minoria e portanto atendendo ao figurino e à própria condição de maioria de minoria, naturalmente, quem não é Socialista ou quem não é do Partido Socialista tem de se confrontar com o facto que de quatro sucessivos discursos finais serem proferidos por companheiros, colegas e autarcas do PS todos, aliás, legitimamente como é óbvio. Mas por isso mesmo e porque naturalmente uma Sessão solene não se exige isso seria

ridículo e absurdo o direito de réplica nem aliás, nem aliás, é normal que numa Sessão Solene se calva às vezes algum desconforto, ou se sinta algum desconforto por parte de alguma assistência que naturalmente tem vínculos funcionais ao Município e tem obrigação de, naturalmente, ou por receio ou por outras circunstâncias algum desconforto em relação a algumas coisas que outros membros de outros partidos possam dizer. mas independentemente disso, e nós compreendemos uma boa parte da assistência da Assembleia Municipal, na Sessão Solene, nessa Sessão Solene tem vínculos funcionais e portanto ao Município e, naturalmente, em primeiro lugar está a obediência ao chefe, eu gostava só em relação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal só de lhe dizer duas coisas, em primeiro lugar protestar-lhe a minha simpatia pessoal, em segundo lugar reconhecer-lhe todo mérito e toda a equidade, imparcialidade com que tem procurado gerir os trabalhos da Assembleia, em terceiro lugar também reconhecer-lhe a enorme habilidade política, porque é um político, porque é um Senhor político tendo a amabilidade política com que por vezes tem conduzido o seu ofício. deixar-me dizer só Senhor Presidente da Assembleia uma vez que não tive direito de replicar e replicar-lhe agora que uma vez que o Senhor Presidente da Assembleia, digamos que acumulou um pouco a sua condição de Presidente da Assembleia Municipal com a de cidadão, que é que não pode despir com a farda de militante socialista que é que também não pode despir, com a de deputado da Assembleia da República do Partido Socialista e como elevado dirigente do Partido Socialista e não tendo direito a réplica que tentou mistificar no seu discurso duas coisas, não acredito que tenha sido por falta de honestidade intelectual, mas penso eu, que talvez pelo entusiasmo e pelo brilhantismo da sua exposição que notoriamente todos lhe reconhecemos. Em primeiro lugar de que o PSD não tem uma visão elitista da questão da habitação social e que nós ao contrário do que o Senhor declarou nós não estamos e um dos motivos pelos quais nós contestámos a forma politicamente, a forma como poderá vir a ser desenvolvido toda a zona norte do Concelho não tem a ver só e única e exclusivamente com a preocupação da habitação social, tem muito mais com isso, aliás, até dissemos precisamente o contrário dissemos que uma cota de 10% nalguns dos empreendimentos para a habitação social por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

exemplo era insuficiente do ponto de vista dos ganhos para o Município, dos ganhos para o Município, para ressarcimento do Município dos outros ganhos particulares a montante, todos sabemos que existem, portanto quando existem ganhos a montante, ganhos naturais, legítimos, livres da iniciativa individual privada e não há partido que defenda tanto a iniciativa privada quanto o nosso, mas é legítimo também todo o ganho social pelo menos são as raízes cristãs nos quais eu acredito, todo o ganho social deve ter uma contrapartida para a comunidade e para a sociedade, portanto quanto à questão da habitação social não preconizamos naturalmente o apartheid social que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal nos tentou imputar e em segundo lugar também referir que apartheid social fizeram outros, portanto nem nós nem sequer esta actual gestão camarária, portanto não fomos nós os responsáveis por aquela autêntica bomba demográfica que está neste momento a desenvolver-se ali no Casal de S. Brás e com a qual temos todos que lidar e o Concelho é o que é os 23 quilómetros quadrados do Concelho dão para aquilo que dão, não dão para muito mais. Vou resumir, vou resumir muito brevemente, segunda também questão aquilo que eu me referi em relação à questão da dificuldade da integração das comunidades migrantes no Concelho não tem nada a ver com a realidade que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal invocou da integração das comunidades emigrantes portuguesas em França nos anos 60, ou 70, ou 80, porque os bidonvilles compostos pelos portugueses dos anos 60, 70, ou 80 em França são radicalmente diferentes na sua estrutura sociológica, estamos a falar de duas culturas diferentes do que os actuais bairros vivem hoje na Amadora. É um problema de todos nós, não é um problema do Senhor Presidente, não é o seu nem é o meu, é de todos. posto isto, telegraficamente, Vice – Presidência da Câmara Municipal, queremos saber, a Assembleia Municipal tem o direito de saber, nós temos o direito de saber quem é o Vice Presidente da Câmara Municipal da Amadora. E se é rotativamente que o cargo é exercido porquê? Porque de duas uma, ou se tem confiança numa pessoa, bom iria só concluir, ou se tem confiança numa pessoa para exercer esse facto que naturalmente é a segunda da lista, ou então não se tem confiança cabal e portanto tem que haver um prémio de compensação. Isso é uma típica maneira socialista, o

Senhor Presidente de Câmara é um excelente Presidente de Câmara, nalguns aspectos , é um excelente cidadão mas infelizmente é um socialista e como um socialista que é tem naturalmente tendência para resolver as coisas pela sua forma portanto não o crítico por isto, segunda , para terminar, então eu vou terminar só com o seguinte, só para anunciar, para terminar reafirmar a nossa disponibilidade para os compromissos que assumimos solenemente perante a Assembleia Municipal em relação aos consensos, há cinco matérias que referimos e dizer também naturalmente para todos para os órgãos da comunicação social, presentes que nem fizemos comissões nem pedimos desculpas, portanto nem uma coisa nem outra, isso para o jornalista da Pena se estiver hoje aqui que é um jornal que eu infelizmente não leio muitas vezes, tem pouca tiragem e portanto não me chega a casa e também para toda a gente que esteja aqui presente. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara inicia por referir que após a intervenção do Senhor Joel Monteiro, e pelo silêncio de alguns Presidentes de Junta onde, em tanta Escola, foi feita obra de reparação, parecia que o estado de degradação que encontrou nas Escolas não era motivo para Câmara apostar num projecto que levou em 1998 à DREL, em várias candidaturas e fossem pedidos empréstimos para a recuperação dessas mesmas Escolas.

Ao Senhor Manuel Vieira disse ter igual preocupação, com a que por ele foi manifestada, na recomendação enviada à Mesa, sobre a hasta pública da Quinta do Estado. Falou com o Gabinete do Senhor Ministro, com diferentes Secretários de Estado e com o IPE tem reunião agendada. Os Terrenos da Damaia fazem parte de expropriações no âmbito da CRIL. Parece-lhe haver falta de ligação e informação entre departamentos do Estado. Deseja que tal como o PS o fez, o Governo retire da hasta pública as duas parcelas.

Pelo facto de ter havido falta quanto à não introdução dos programas das Juntas no Boletim das festas da Cidade pede desculpa e assume o erro. Também a Rua de Trás da Quinta de S. Miguel irá ser arranjada.

Parece-lhe que para o Senhor João Paulo Castanheira às vezes é bom acreditar na comunicação social outras não. Da ciclovía comunga que da forma como foi feita é um



Ag. 17
Ag. 17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

disparate. De Alterações ao PDM, apenas está receptivo a pontualmente na Falagueira permitir aumentar pisos não havendo aumento na área de construção, para se beneficiar o eixo Terciário. Em Carenque a construção está conforme o PDM.

Partilha com o Senhor António Santos da preocupação em tornar o dia 25 de Abril num dia mais rico e de interacção com as Escolas, e simultaneamente pede desculpa por erros formais da falta de envio do convite para a Sessão Solene do 11 de Setembro ao Bloco de Esquerda e ao Senhor membro do BE eleito na Assembleia Municipal.

Igualmente reconhece que o Senhor Vereador Gabriel Oliveira não foi o único que se preocupou com o problema das carreiras no norte do Concelho e da população empenhada destaca o Senhor João Caxinho e Carlos Jerónimo que lutaram para a resolução desse problema.

A página da Internet da Câmara irá igualmente merecer a atenção de correcções ou lacunas aí existentes.

Sobre a Vice Presidência da Câmara, esclarece o Senhor Carlos Reis que é assunto da sua exclusiva competência, e como é do conhecimento geral escolheu que de Janeiro a Junho a competência é do Senhor Vereador Gabriel Oliveira de Julho a Dezembro da Senhora Vereadora Carla Tavares, depositando em ambos igual confiança. Os comentários à Vereadora Maria João Bual parecem-lhe jocosos, e justificou as ausências da Senhora Vereadora pelo gozo de férias. Achou igualmente deselegante a forma como elogiou o trabalho da Vereadora.

O Senhor Joel Vieira Monteiro inscreveu-se para protestar pela forma como o Senhor Presidente se lhe tinha dirigido, parecendo-lhe ter ficado irritado pela sua anterior intervenção.

O Senhor Carlos Reis pediu nova intervenção para defesa da honra. O cansaço podia em seu ver, justificar a atitude do Presidente da Câmara que evitava reconhecer a qualidade de mais e menos competência nos seus Vereadores de partido. Quanto a ele tinha orgulho em ter sido adjunto dum Vereador no passado mandato, e não tinha caído na Amadora de “paraquedas”.

Após esta intervenção pediu o **Senhor Presidente da Câmara** a palavra e esclareceu que não sendo natural da Amadora, já aqui residia quando o Senhor Carlos Reis nasceu.

Quanto à preocupação manifestada com o PS, esclarece que a liderança na concelhia é forte e não há problemas de sucessão com a mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia encerrou o período de antes da Ordem do Dia, e a seguir usou da palavra para esclarecer que a sua condução neste período é pautada de tolerância, porque ajuíza necessário o esclarecimento das coisas. Quando estas seguem ramos indesejados vê-se na obrigatoriedade de intervir.

E porque foi referido pelo membro da Assembleia, Senhor Carlos Reis, de forma critica, como Presidente da Assembleia convidado a intervir na Sessão Solene de 11 de Setembro, assiste-lhe o direito de fazer a intervenção que pede conste em Acta. *Em primeiro lugar não tenho que lhe agradecer os elogios, também não lhos pedi. Portanto ficam ao seu critério os elogios que quiser fazer ao Presidente da Assembleia. Pode estar V. Ex.^a ciente que o Presidente da Assembleia Municipal da Amadora em todas as intervenções Solenes que faz, geralmente, como V. Ex.^a sabe, não fala de improviso, trazendo os discursos feitos, o que significa que não responde a partidos políticos. Pode-me dizer que eu tenho o dom, de presciência. Se calhar tenho, como V. Ex.^a se calhar também tem, e por aqui terminamos este esclarecimento relativamente aos discursos do Presidente da Assembleia Municipal, que tenta dignificar este órgão.*

VII - PERÍODO DA ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Relatório da Actividade Municipal foi distribuído atempadamente, a todos os membros da Assembleia e dado que o Senhor Presidente da Câmara prescindiu do seu direito de apresentação, passou-se de imediato à inscrição dos membros da Assembleia. Inscreveram-se os Senhores Carlos Reis, José Fernandes, Galhanas da Luz, Paulino Domingos e Rafael Evaristo.

O Senhor Carlos Reis referiu que o Relatório era o produto do trabalho efectivo e empenhado de quem está a gerir os destinos desta Cidade e portanto de quem está a gerir esta Câmara Municipal independentemente de considerar que poderia ter sido ou não, melhor ou pior.

O Senhor José Fernandes saudou a boa apresentação gráfica do actual Relatório, que facilita uma boa leitura e passou ao pedido de esclarecimento.

Na página 4 – Protocolo de Entendimento, Cooperação – Eléctricos Rápidos. Qual o papel da autarquia, o Traçado pelo Território da Amadora, localização do interface e ligações com os outros meios de Transporte.

Na página 5 – atribuição Toponímica de duas artérias da Amadora, - Quem eram Melvin Jones e Paul Harris, e que ligação tinham com o município, sendo eles estrangeiros.

Na página 20 – iluminação de Natal 2002.

Perguntou se a Câmara, conforme o prometido no ano passado, tomou em suas mãos a responsabilidade da iluminação.

Na página 60 – “continuam em desenvolvimento as medidas tendentes à certificação do trabalho das empresas”, em que situação se encontra o assunto.



O Senhor Galhanas da Luz interveio para fazer dois reparos, página 4 pareceu-lhe existir discrepância na referência ao número de fogos do empreendimento do Casal da Boba, outro sobre os Títulos das colunas da execução das grandes opções que apenas ficam na primeira folha. Realçou a importância do envio do Processo ao Governo, para que fosse considerada a área da Brandoa, como “Área Crítica da Brandoa”, e do programa “Casa para Todos”.

O Senhor Paulino Domingos, congratulou-se com o Relatório apresentado pela Câmara, reforçou a intervenção anterior no respeitante à área crítica da Brandoa, e apelou à Bancada do PSD apoio para o bom seguimento do processo junto ao Governo.

O Senhor Rafael Evaristo interveio para responder ao orador anterior.

O Senhor Carlos Reis pediu direito à intervenção para responder ao Senhor Paulino Domingos.

Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que disse que sendo o Relatório o resultado do trabalho do Executivo é normal que nem todos se revejam nele. O Senhor José Fernandes nas questões que colocou refere-se ao projecto de Entendimento, Cooperação – Eléctricos Rápidos. Este protocolo é o entendimento entre as Câmaras Municipais, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures e duas Empresas Públicas, o Metro e a Carris iniciado há 3 anos. Em determinada fase foi proposto e aprovado por todas as Câmaras um estudo conjunto e este protocolo diz respeito a esse estudo. O projecto tem uma primeira fase – Algés à Falagueira – e uma segunda fase – Falagueira/Odivelas/Loures. O entendimento da Câmara da Amadora e de Oeiras permitiu um adiantamento da primeira fase do projecto já que não envolveria as restantes. O traçado da linha precisa de alguns acertos mas pretende privilegiar a zona da Buraca, Zambujal, Quinta Grande; Damaia, Reboleira e eventualmente a Falagueira. Pretende ligações entre a Estação da Damaia e Reboleira e a Estação do Metro da Falagueira. A segunda fase pretende servir o norte do Concelho.


Agostinho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Sobre as personalidades da Toponímia, um é fundador dos Rotários outro dos Lions.

Da iluminação de Natal não há alterações ao anteriormente executado.

O certificado de qualidade referido não diz respeito ao Certificado de Qualidade da Empresa, mas do certificado de qualidade da Escola das Profissões.

O Senhor Galhanas da Luz quanto ao número de fogos aprovados poderá verificar que houve 30 fogos aprovados e mais um, pelo que faz 31. Depende da fase da leitura.

Sobre a necessidade de a Brandoa ser classificada como zona crítica, prestigia e dá possibilidade de uma forma diferente da sua recuperação.

As descentralizações de competência para as Juntas de Freguesia resulta do entendimento entre a ANAFRE, a ANMP e o Governo. As Câmaras Municipais ficaram de estabelecer um acordo escrito em relação ao que poderia e deveria ser transferido para a ANAFRE.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por esgotado.

2 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea f) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Lançamento da Derrama para o ano de 2003”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, que acedeu.

O Senhor Presidente da Câmara defendeu a manutenção da taxa de 10% por ser também esse o entendimento da maior parte dos municípios da área metropolitana, embora a contribuição seja inferior ao aumento das necessidades de investimento para suprir as necessidades no Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto tendo-se inscrito os Senhores José Fernandes, Martinho Caetano e Manuel Frade.

O Senhor José Fernandes informou que a Bancada da CDU mantinha concordância e o voto favorável à aplicação da Lei de uma aplicação de 10% sobre o IRC das empresas, tal como o havia feito em anos transactos.

O Senhor Martinho Caetano, salientou que sendo um imposto que incide sobre os lucros das empresas, é no ver do PSD, também motivo para viabilizar a proposta, e aprovar a Taxa de 10%.

O Senhor Manuel Frade, não querendo repetir-se dos motivos dos anos anteriores salienta que toda a receita recolhida significa maior investimento em projectos que a Câmara poderá fazer no âmbito das áreas sociais e habitação, pelo que o PS está de acordo com a proposta apresentada.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo aprovada por maioria com 30 votos a favor e 6 abstenções (Documento anexo à presente Acta).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Agostinho

3 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea f) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Taxa de Contribuição Autárquica para o ano de 2003”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir parecer sobre a matéria, mas que devido a não haver consenso não foi emitido.

De seguida **o Senhor Presidente da Assembleia** perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, que acedeu.

O Senhor Presidente da Câmara aproveitou para justificar a proposta de 1.1 da Taxa de Contribuição Autárquica, que incide sobre o valor patrimonial dos prédios. Como alguns prédios estão isentos, outros tributados com base em valores atribuídos há dezenas de anos é esperado pela Câmara que se proceda a uma revisão do sistema fiscal tributário do património imobiliário, a fim de haver alguma justeza e equilíbrio para provento municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto tendo-se inscrito os Senhores Quadrado Rego, Carlos Reis, Luís Costa, José Fernandes, António Santos, Rafael Evaristo e João Castanheira.

O Senhor Quadrado Rego salientou que a prática da aplicação do valor da Taxa proposta há já três ou quatro anos, é aceitável, embora tivesse sugerido ser útil uma reflexão na melhor aplicação sobre os valores patrimoniais.

O Senhor Carlos Reis interveio para dizer que o PSD vota a favor da proposta da Câmara, e não vê substancial diferença entre 1,1% e 1,3% da Taxa a aplicar.

O Senhor Luís Costa, não considerou tal abstracção a questão do valor da Taxa, e ressaltou que quando se sugere 1,1% se teve uma reflexão sobre a gestão e também sobre o cuidado da justiça social. O PS mostrou a concordância com a proposta.

O Senhor José Fernandes embora de acordo com intervenções anteriores e reconhecendo que a taxa é uma fonte de financiamento, não pode deixar de ver que é mais uma sobrecarga para o munícipe numa altura económica complicada. Realçou a posição do PS e CDU em Sintra que evitaram o aumento da taxa em Sintra. Nesse sentido a CDU ia apresentar uma proposta à Mesa o que foi feito após a sua leitura.

O Senhor António Santos, lamentou a hora avançada e o cansaço dos membros da Assembleia, quando a matéria era tão importante. Não se tratava só do valor da taxa num valor patrimonial inflacionado, tratava-se disso mas num quadro de uma de injustiça fiscal, onde são os trabalhadores por conta de outros os mais penalizados e nesse sentido apoia a proposta da CDU que pretende reduzir de 1.1% para 1.0% a Contribuição Autárquica.

O Senhor Carlos Reis referiu que fez as contas por alto e entre 1.0% e 1.1% seria um diferencial de cento e oitenta e seis mil contos. Se fosse 1.3% seria uma verba de 400.000 contos, que embora não compreendesse os motivos da escolha, o executivo parece prescindir.

O Senhor Rafael Evaristo achou que o essencial seria a actualização dos registos na base da qual é feita a cobrança, e reconhece, que é necessário haver coragem política para o fazer.

O Senhor João Castanheira utilizou a sua intervenção para responder ao Bloco de esquerda.

O Senhor Presidente da Assembleia de seguida passou à votação. Houve duas propostas para votar. A da Câmara que propõe 1.1% e a proposta alternativa, apresentada pela bancada da CDU, que propõe que a taxa de Contribuição Autárquica no Município da Amadora seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Aguiar

fixada em 1.0% para o ano de 2003. Nos termos regimentais, havendo uma proposta alternativa à proposta da Câmara, elas são votadas em alternativa. A proposta da Câmara a proposta A e a da CDU a proposta B. De seguida passou à votação, merecendo a proposta A 30 votos a favor e a proposta B 9 votos (Documentos anexos à presente Acta).

Informou que em Sede de Comissão Permanente havia ficado assente que após a discussão deste ponto, os trabalhos ficariam suspensos e continuariam no dia 24 de Outubro, Quinta Feira, à mesma hora.

Antes de dar por encerrado os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a minuta das deliberações da Ordem do Dia foram aprovadas nos termos do nº. 3 do Artigo 92º da Lei 129/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 39 membros presentes.

Deram-se os trabalhos por encerrados às 00.15.

2ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO

24 de Outubro de 2002

Os trabalhos foram retomados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, Senhor António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues

Segundo Secretário, Senhor José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos com excepção dos Senhores João Vieira, José Agostinho Marques, António Miguel Lourenço, Martinho Caetano e Catolino Pinto, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente, Joaquim Raposo, a Senhora Vice Presidente, Carla Tavares, o Senhor Vereador Amadeu Matias, a Senhora Vereadora Maria do Carmo Marcelino, os Senhores Vereadores João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, a Senhora Vereadora Maria João Bual e o Senhor Vereador Miguel Gabriel.

Verificado o quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou retomados os trabalhos, no ponto em que haviam sido suspensos na reunião anterior.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que havia chegado à Mesa o pedido de substituição para esta Reunião, do membro da Assembleia, Senhora Noémia Maria Ferreira Bandeira Lopes, da bancada do PS (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, foi chamado para tomar posse, o Senhor José Carlos Cardoso Correia, suplente da lista do PS, o qual foi empossado (Documento anexo à presente Acta).

Após esta tomada de posse, o Senhor Presidente da Assembleia informou de que, nos termos do n.º 6 do Artigo 36º. do Regimento, a Ordem do Dia iria ser retomada no ponto 4.

II – ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

11
A. Godinho

4 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a *“Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais - Alteração”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

De seguida perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao qual acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão destes pontos tendo-se inscrito os Senhores José Fernandes, António Santos, Armando Paulino e Rafael Evaristo.

O Senhor José Fernandes por uma questão de economia processual analisou os três documentos em conjunto, referentes aos pontos 4, 5 e 6 pela semelhança da sua natureza, embora a sua votação se procedesse em separado. Mereceu a concordância da CDU, dado resultarem do diálogo havido entre os reclamantes, o Vereador do Pelouro e o Presidente da Câmara na procura da solução mais justa e apropriada, defendendo os interesses da Câmara e a das pessoas que estão interessadas nos espaços a concecionar nos Mercados do Município. Alertou para a possibilidade da dupla tributação das Tabelas recentemente aprovadas, dos produtos que ficam sobre a banca alugada e dos produtos que necessitam de serem transportados para depósito ou armazenagens existentes nos edifícios dos Mercados, ou mesmo a guarda de produtos nas câmaras frigoríficas. No seu entender a Taxa deve ser da escolha do interessado, assim ele necessita de uma ou outra opção, e não de dupla Tributação. Relembrou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia expresso essa preocupação em Parecer.

Também havia a CDU expresso a sua preocupação num debate mais profundo sobre o Regulamento de Tabelas numa outra Sessão, e que não foi feito por recurso a um Requerimento à Mesa que o PS interpôs para que se passasse à votação e que foi aceite pelo Senhor Presidente.

Segundo a perspectiva do Senhor José Fernandes talvez não estivéssemos agora a votar esta alteração.

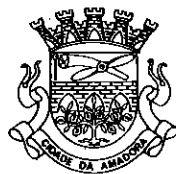
O Senhor António Santos também manifestou a sua intenção de votar favoravelmente as propostas das alterações em apreciação, e realça o bom senso e o esforço por parte do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador ao aceitarem as reclamações dos comerciantes.

Mas e apesar da solução a contendo dos dois lados neste assunto, não deve fazer perder de vista sem outro mais global que é o de com urgência se repensar no problema que é o de com urgência se repensar no problema que é esse espaço comércio chamado Mercados Municipais. Solucionar parcialmente os problemas é importante, mas necessário é repensar esses espaços sob as novas regras de comércio e consumo. Lançou pois um repto aos órgãos do poder autárquico e aos comerciantes para pensar o futuro.

Também **o Senhor Paulino Domingos** se congratulou com a forma com que o problema foi conduzido. O princípio de um debate mais profundo como o que levantou o BE é necessário, mas tendo em conta que a política de Mercados do Município se deve gerir segundo o actual conceito de economia de mercado e não com financiamentos exclusivos do Orçamento do Município. Há, no seu entender, que saber o que se pretende dos Mercados Municipais, e não se ficar pela discussão de harmonizar as Taxas.

Já foi importante o debate e a participação dos comerciantes em Sede própria, mas ficou por saber o que também eles pensam sobre o futuro dos Mercados.

O comércio dos Mercados tem que ser dinâmico e competitivo e com alguma agressividade. Há que discutir este assunto e não o reduzir à importância apenas da discussão do valor das Taxas, e espero que a sugestão do BE ou outra vá em frente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

[Handwritten signature and initials]

O Senhor Rafael Evaristo também se congratulou com o que foi o desejo dos intervenientes anteriores.

Que seja criada uma Comissão para discussão com os elementos mais interessados, mas também com os munícipes, pois serão eles os que suportarão a dinamização dos Mercados. Assim, disse, se possibilitará a Amadora e à sua população uma qualidade de vida estabelecida também nas relações da boa vizinhança. A boa relação de vizinhança do bairro a quem pertence, no seu entender fundamental.

De seguida **o Senhor Presidente da Assembleia** cedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por recordar ao Senhor José Fernandes que o Regulamento que até agora vigorara era o que existia há mais de dez anos. Era esse que enfermava de injustiça a que ele se referia e que agora, em diálogo com os comerciantes e com os vendedores, se pretendeu reparar e onde eram taxadas a manutenção, guarda de volumes ou taras deixadas nos lugares dos terrados desde a hora do fecho do mercado ou feira, e até à sua abertura. Essas Taxas já existiam e praticaram-se durante todos estes anos

Concorda com o Senhor António Santos quando diz que é necessário saber que tipo de Mercado queremos ter no futuro. É necessário discutir essa questão. É necessário alterar mentalidades. Definir horários de funcionamento dos Mercados em relação ao actual quotidiano das pessoas. É necessária uma modernização e um no espírito também dos próprios vendedores. Aí faz lógica discutir com técnicos, com o poder político que é a Câmara, com os Vereadores e os Presidentes da Junta.

Faz lógica, a procura de formas de rentabilização dos Mercados pois aí os comerciantes não se importarão de pagar as Taxas a que forem tributados.

É necessária pois em seu parecer uma discussão séria sobre este assunto.

Após esta discussão, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a proposta do ponto n.º 4 à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 37 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

De seguida colocou a proposta do ponto 5 à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 37 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Por fim colocou a proposta do ponto 6 à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 37 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O **Senhor Presidente da Assembleia** chegados ao 7.º e último ponto da Ordem do Dia disse que ouvidas todas as forças políticas, e dado o entendimento havido entre todas, a discussão deste último ponto da Ordem do Dia, deverá ser feito com todos os documentos de Prestação de Contas que a Câmara deve enviar, de modo a que haja concordância com as votações finais sobre esta matéria. Então e nos termos do Artigo na alínea f), do n.º 1, do Artigo 54, da Lei n.º 169/99, conjugado com a alínea e), n.º 1, do Artigo 24 e do n.º 2 do Artigo 36, do Regimento da Assembleia Municipal declarou suspensa a presente Sessão da Assembleia Municipal da Amadora a qual, continuará no próximo dia 7 de Novembro de 2002, pelas 20.30 horas.

A decisão foi do havido entre todas as forças políticas.

Antes de dar por encerrado os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a minuta das deliberações da Ordem do Dia foram aprovados nos termos do n.º 3 do Artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 37 membros presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu por suspensa a Sessão às 21. 45 horas.

3ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO

7 de Novembro de 2002

Os trabalhos foram retomados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente. Senhor António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rocha Rodrigues

Segundo Secretário, Senhor José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos com excepção do Senhor António Miguel S. Figueiredo Lourenço, a Senhora Elisabete da Silva Fernandes e o Senhor João Maria Abrunhosa de Sousa, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente, Joaquim Raposo, a Senhora Vice Presidente, Carla Tavares, os Senhores Vereadores Amadeu Matias, Fernando Pereira, Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, a Senhora Vereadora Maria João Bual e o Senhor Vereador Vasco Jardim.

Verificado o quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou retomados os trabalhos, no ponto em que haviam sido suspensos na reunião anterior.

I – ORDEM DO DIA

7 – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da C.M.A. relativa a “*Documentos de Prestação de Contas*”, do ano de 2001.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que foi entregue a todos os membros da Assembleia a declaração de voto do PSD, entretanto enviada pela Câmara.

De seguida informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, **o Senhor Presidente da Assembleia** perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto tendo-se inscrito os Senhores Luís Costa, Carlos Reis, José Fernandes, João Castanheira, Manuel Frade, Galhanas da Luz, António Santos, Martinho Caetano e José Agostinho Marques.

O Senhor Luís Costa começou por uma nota de apreço à qualidade dos documentos apresentados para este ponto.

A implementação do POCAL vem produzir “uma nova série de contingências” na Câmara da Amadora, na alteração dos sistemas informáticos, na implementação de outros métodos de análise contabilístico e de acompanhamento das respectivas contas, rubricas e inventariações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

for L t
Agodinho

das existências. Manifestou também o apreço aos técnicos da Câmara que acompanharam a produção destes documentos.

Saudou também o executivo camarário que implementou de modo pioneiro o POCAL nas autarquias.

Na análise dos mapas ressalta o cumprimento de 95% do Orçamento dos quais 81% no Plano Plurianual e 19% no Plano de Acções Municipais. Traduzidos, no seu entender, pelo cumprimento dos objectivos programáticos que o PS tem para o desenvolvimento do Concelho. Os rácios de liquidez e solvabilidade da Câmara são elementos para analisar a saúde financeira da Autarquia e são fortemente positivos. Das linhas programáticas salienta os 62% de execução atingidos no investimento da Qualificação Urbana, 11% na reabilitação do Parque Escolar e na melhoria das acessibilidades.

O Senhor Carlos Reis colocou ao Senhor Presidente e à Mesa a necessidade de ali ser esclarecido o facto quanto à implicação futura do facto de a aprovação dos “ Documentos de Aprovação de Contas” estarem a ser submetidos apenas nessa data a este plenário. Queria acautelar com a questão levantada, consequências jurídicas complicadas para os membros da Assembleia, pelo facto de se terem ultrapassado os prazos legais definidos.

De imediato **o Senhor Presidente da Assembleia**, claramente respondeu que esta Assembleia tinha prazos legais para se pronunciar sobre certos documentos de gestão e de prestação de Contas.

Como também era do conhecimento do Senhor Deputado a Câmara tinha pedido ao Tribunal de Contas autorização para poder entregar a Documentação em prazo posterior à Assembleia, do que foi autorizado até fim de Julho.

Chegada a documentação tem a obrigação de ser agendada essa matéria na Primeira Sessão a haver , estando pois a ser apreciada dentro da Lei 169/99, na 3ª. Reunião da Sessão Ordinária de Setembro.

O Senhor José Fernandes começou por salientar que a sua bancada se congratulava com a implementação do sistema POCAL, e reconhecer o esforço que essa decisão tinha implicado de trabalho para os técnicos directamente intervenientes já que haviam partido do zero, sem experiência anterior.

Quanto ao desempenho da Câmara começou pelo Relatório de Gestão referindo que os aproximados 52% de execução era demasiado baixa para o Plano de Actividades então apresentado, embora admita que há actividades mais importantes umas, que outras.

Também a receita externa diminuiu ainda que 0,3% ao passo que a despesa de financiamento tiveram um aumento de 13,5%, embora através de impostos directos se verificasse um aumento de 16%, do que no final resulta uma liquidez para 2002 de três milhões e quatrocentos e quarenta e cinco mil contos. Daqui concluiu que talvez tivesse havido possibilidade de aumentar a realização dum maior número de acções previstas no Plano de Actividades. De seguida salientou algumas que no seu entender seriam indicadores de satisfação para os munícipes.

O Senhor João Paulo Castanheira, começou por destacar um facto no seu entender preocupante que tem a ver com o crescimento das despesas de funcionamento que crescem a um ritmo de 14% a 17% ao longo dos últimos anos. Embora o investimento tivesse crescido de forma significativa a sua prioridade galopante é sentida de quatro em quatro anos.

Do resultado líquido do exercício deduz que houve investimento que não foi realizado, o que não é bom para o cidadão, a verificar-se que o grau de execução foi de 52%, é revelador de que muita coisa prometida fazer, não foi feita, e não importa a comparação com valores dos anos anteriores.

Sem pôr em causa o esforço dos técnicos e os responsáveis da Câmara devido à aplicação do POCAL, o que é facto é que em quase 2003 está a aprovar contas de 2001, e isso deverá merecer uma análise mais profunda.

Realçou também que documentos desta importância mereciam que chegassem com mais tempo para reflexão do que nesta altura tinha acontecido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O Senhor Presidente da Assembleia considerando este último assunto como crítica implícita à Assembleia no que se refere à distribuição dos documentos informou o Senhor João Paulo Castanheira que em conferência de líderes havia sido esta metodologia acordada, não considerando correcto esta sua discordância.

O Senhor Manuel Frade leu um documento que se encontra anexo à presente Acta.

O Senhor Galhanas da Luz fez um reparo ao Senhor José Fernandes pela abordagem tida na avaliação dos documentos, referindo que estes também têm um lado positivo que deve ser salientado, mesmo que os objectivos não tenham sido atingidos na sua totalidade.

O Senhor António Santos disse que a natureza do documento lhe dava uma certa tranquilidade porque vinha aprovar contas e elas estavam por certo bem feitas, embora provavelmente tivesse votado contra o Orçamento que lhes deu origem, pois esses é que são bons ou maus Orçamentos.

Sobre a aplicação do POCAL acha de primordial importância a sua introdução imediata em todas as Câmaras, pois vai introduzir maior rigor, maior vigilância e maior certeza nas contas, sejam de gestão de esquerda ou de direita.

Realçou de seguida a forma como o Presidente da Assembleia, com a sua diplomacia havia gerido, o problema criado com o atraso de entrega de alguns documentos essenciais para a análise, e protegeu juridicamente a possibilidade da ilegalidade daí decorrente, no exercício da Instituição, merecendo de todos a concordância de todos.

O Senhor Martinho Caetano, manifestou ele também satisfação pela decisão da C.M.A. passar a aplicar no tratamento da informação contabilística, económica e financeira da Câmara os princípios que regem o POCAL. E foi com satisfação que verificou que a C.M.A. tem uma saúde financeira de ferro, e um endividamento bancário de curto prazo de zero. Embora

contemporizando com o atraso da entrega dos documentos por ser o ano da implementação de contas através do POCAL, não deixou de pedir rigor nos prazos das contas do exercício de 2002.

Concordou com anteriores intervenções das observações feitas sobre a deficiente capacidade de execução das actividades de 2001, já que o lucro líquido com que acabaram permitia terem satisfeito a maioria dos projectos a que se haviam comprometido executar, no entanto acha que a gestão económica e financeira da C.M.A. pode ser considerada “(a ser feita)” de uma forma distraída e um pouco descuidada

O Senhor Carlos Reis voltou a intervir, reiterando que não iria votar contra a Prestação de Contas de 2001. Discorda sim, do facto de existir um milhão e meio de contos na conta à ordem, e não ter ficado satisfeito com as informações apresentadas que em seu critério são pouco precisas e detalhadas. Por isso considera não estar o PSD em condições de votar favoravelmente estas Contas, embora nessa gestão também estivessem Vereadores do PSD com pelouros.

O Senhor Luís Costa aproveitou para esclarecer que chegar ao final do ano com saldo de um milhão e meio de contos, não é forçosamente lucro mas a possibilidade de para 2002, que pode ser realçado pela capacidade de negociação do Executivo com o prazo de prolongamentos a fornecedores.

O Senhor António Santos pediu para intervir de novo e realçar que estranha que o PSD não vote a favor da Prestação de Contas, e que em propostas da gestão camarária, fosse na área da educação, do desporto, da saúde e de tudo e nunca tivessem votado contra e sempre maioritariamente a favor.

O Senhor José Agostinho Marques criticou a ênfase com que o assunto estava a ser tratado pelo PSD pois que em seu entender a introdução do POCAL, o esforço dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

g A
Agostinho

funcionários em pô-lo em prática e a forma de apresentação das Contas são claramente motivo de satisfação.

De novo intervém o **Senhor Martinho Caetano**, realçando que nada do que havia sido dito fazia com que modificasse a sua posição. A aplicação do POCAL foi vantajoso e louvável, mas não torna a execução da gestão mais rigorosa, continuando a afirmar que muito ficou por fazer.

O **Senhor Carlos Reis** interveio de novo e após alguns considerandos que lhe mereceram a intervenção do deputado do B.E., garantiu que o PSD não vai votar contra e que assumem por inteiro a responsabilidade que tiveram na aprovação do Orçamento. Também em seu entender não faz sentido que haja Vereadores "sem pasta". Informou que o PSD iria apresentar no dia seguinte uma declaração de voto para que ficasse apensa à Acta.

Esclareceu o **Senhor Presidente da Assembleia** que " por uma questão de lealdade" informava o Senhor Carlos Reis que nos termos do Artº. 17º, n.º. 3 do Regimento, se as declarações forem escritas, devem ser entregues na Mesa até ao final da Reunião plenária em que a votação tenha ocorrido.

Nova intervenção do **Senhor João Paulo Castanheira** pedindo ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimento sobre uma notícia que tinha vindo num Jornal de Referência em Portugal com acusações de irregularidades cometidas na gestão de empresas municipais embora reconhecesse não estar dentro da matéria em discussão.

Deu então o **Senhor Presidente da Assembleia** a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que começou por dizer que da notícia referida esta se tratava do Relatório do Tribunal de Contas, que apontava algumas irregularidades formais da empresa "Recreios da Amadora"

indo de encontro ao pretendido pela Câmara da sua extinção e integração daquele equipamento na Câmara.

Ao Senhor Carlos Reis esclareceu que hoje apenas se trata de aprovar ou não as Contas de 2001, não está em discussão a acção ou o executivo da Câmara, e que o Vereador agora responsável financeiro, não fazia parte do executivo em 2000.

Quando se fala em saldo bancário de um milhão e meio de contos, o que se tem verdadeiramente são setecentos e setenta mil contos pois o restante são fundos comunitários, verbas que tem regras claras em relação à sua utilização.

No referenciado pelo Deputado José Fernandes das acções executadas na área da educação 17 a 18 têm a ver com a aquisição de material didáctico e equipamento para apresentação de candidaturas.

As contas, que levaram à conclusão de que o nível de execução é de 52,1% são diferentes se forem vistas entre o que estava no Plano que era a lotação final, aquilo que era cabimentação e aquilo que era pago, podendo ter-se assim um valor de cerca de 78,8% analisando e somando os diferenciais das diferentes áreas.

Chamou à atenção que a gestão de uma Autarquia não se pode comparar à de uma empresa já que o objectivo e sistema de gestão são diferentes.

O atraso na apresentação das Contas, deveu-se essencialmente à inexistência de dados transitados de anos e anos anteriores e do levantamento de base a que foram esforçados a fazer para aplicarem com critério o sistema POCAL.

Foi dada a palavra ao **Senhor José Fernandes**, que embora considere hábil a resposta do Senhor Presidente da Câmara em relação à sua anterior intervenção e que aplicou na área da Educação não se poderia aplicar da mesma forma na área da rede viária e de comunicações. Também porque a CDU se absteve na votação do Plano de Actividades e Orçamento, a mesma posição irá manter sobre os documentos em discussão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Pediu igualmente a palavra o Senhor Martinho Caetano para realçar que todos os considerandos, afirmações e apreciações feitos anteriormente nesta Sessão se referiam tão somente à construção da gestão económico-financeira da Câmara, e não à orientação política.

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que embora se tivesse passado o ano de 2001 para 2002 com um milhão e meio de contos à ordem, teve que efectuar três avultados pagamentos a três empresas em Janeiro no total de seiscentos e oitenta mil contos. Só por isso se compreende que tal elevado saldo esteja e haja necessidade que esteja em conta à ordem.

Colocou então o Senhor Presidente da Assembleia a proposta a votação que foi aprovada por maioria de 27 votos a favor e 13 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

Antes de dar por encerrado os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a minuta das deliberações da Ordem do Dia foram aprovados nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 40 membros presentes.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão às 23. 45 horas.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1º Secretário, que a redigiu.